

Memórias e histórias políticas da educação pública brasileira: O conceito de autonomia em Anísio Teixeira

Por Rita de Cássia de Almeida Costa¹

Pensar o pensar, como uma produção histórica, é um dos grandes desafios das teorias políticas e das políticas educacionais..

Célia Linhares

Resumo

A partir da reflexão sobre os princípios que orientam o Plano de Desenvolvimento da Educação, do atual governo, que declara como objetivo principal da educação pública, a construção da autonomia, promove-se um retorno ao passado para analisar como Anísio Teixeira concebeu essa relação educação pública/autonomia em seu plano de organização de um sistema democrático de educação para o Brasil. Resgatam-se aspectos do sentido da autonomia em seu discurso em defesa da educação como direito de todos, buscando compreender as condições materiais que o produzem. Defende-se que esse olhar histórico pode contribuir para um melhor entendimento das políticas educacionais do país, para além da esfera do Estado.

Palavras – chave: políticas educacionais, autonomia, educação pública

Abstract

From a reflection on the principles that guide the current government's Education Development Plan, which declares the construction of the autonomy as the main objective of the public education, we promote a return to the past in order to analyze how Anísio Teixeira conceived the relation between public education and autonomy in his organization plan for a democratic educational system for Brazil. We retrieve some aspects of the meaning of autonomy in his speech in defence of education as a right for everybody, trying to understand the material conditions that yield to it. We argue that this historical look can contribute for a better understanding of the contexts of the educational policies of our country. Key-words: educational policies, autonomy, public education.

Primeiras palavras

Como pesquisadora e professora há trinta anos na rede pública federal, venho refletindo nos últimos anos sobre os diferentes contextos que configuram as políticas educacionais, da elaboração

às práticas realizadas. A partir de perspectivas teóricas marcadas pelo questionamento à primazia das determinações econômicas sobre o campo político e pelo questionamento aos modelos que entendem as relações do Estado sobre a prática social como verticalizadas, me aproximo das análises que, destacando a centralidade da cultura, concebem os processos políticos como parte de uma vivência social que é sempre simbolicamente mediada. Particularmente, a partir das contribuições de Stephen Ball² (1994, 2000, 2006), busco compreender hoje, como pesquisadora, o contexto da prática nas políticas educacionais, contexto onde as definições legais são reinterpretadas e recriadas. Com Linhares (2007), entendo que as políticas educacionais não se limitam às problematizações e teorizações de normas, linhas reguladoras de ação que emanam do Estado. As relações de interdependência entre Estado e sociedade, como nos mostra Linhares, evidencia a importância de se relevar problemáticas políticas como as memórias educacionais e as experiências instituintes³ em educação pública, com vistas a identificar e fortalecer movimentos que ampliem em extensão e intensidade as formas de participação social, econômica, cultural e educacional como interfaces constituintes da experiência política.

Esse trabalho busca, assim, privilegiar a dimensão histórico-cultural na reflexão sobre políticas educacionais. Da leitura do texto onde o atual ministro da educação, Fernando Haddad, apresenta à sociedade brasileira um amplo plano de ação⁴ das políticas e programas de governo em curso, envolvendo os diferentes níveis da educação, é possível identificar que os princípios e fundamentos apresentados estão ancorados na defesa da educação como direito de todos e que, de forma recorrente, o texto associa a educação à construção da autonomia, sendo esta proclamada “o objetivo da educação pública” (p.40). A ênfase na autonomia, ao longo do texto, suscitou alguns questionamentos.

Mas afinal, de que autonomia se está falando? Para quem e com que objetivos? Numa perspectiva mais ampla, questiona-se: de que maneira os discursos circulantes, no campo educacional, são base para a produção de sentidos nas políticas educacionais, em seus múltiplos contextos, em uma determinada época? De que forma essa relação educação/autonomia construída no documento pode ser compreendida à luz de suas particularidades históricas?

Foram essas questões que me mobilizaram a lançar um olhar histórico sobre o processo de constituição de políticas educacionais, problematizando os sentidos atribuídos à autonomia, com o objetivo de contribuir para o entendimento de seu uso nas políticas educacionais atuais no Brasil. Assim, para situar o conceito de autonomia, num discurso contemporâneo que proclama, como se fossem ecos da modernidade, a defesa da *educação como direito de todos*, buscarei em Anísio Teixeira, algumas chaves de leitura que me ajudem a melhor compreender as questões aqui apresentadas.

Minhas inquietações, traduzidas até aqui nessas primeiras palavras, me conduzem do atual Plano de Desenvolvimento da Educação, ao plano de organização de um sistema democrático de educação para o Brasil elaborado por Anísio Teixeira, nos anos quarenta do século passado. Como fio condutor dessa reflexão, o conceito de autonomia.

1) Apresentando a questão: o Plano Nacional da Educação e a ênfase na autonomia

Em abril de 2007, o ministro da educação, Fernando Haddad, apresentou à sociedade brasileira os fundamentos do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo atual governo no âmbito da educação, lançando o que denominou “Plano de Desenvolvimento da Educação”. Um plano executivo ancorado, segundo o explicitado no texto, em princípios voltados para a consecução dos objetivos republicanos presentes na Constituição Brasileira. Um plano concebido, a partir da necessidade constatada de se enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais no país. Como respostas a esse desafio, propõem-se enlaces da educação com a ordenação do território e com o desenvolvimento econômico e social, *única forma de garantir a todos e a cada um, o direito de aprender até onde o permitam suas aptidões e vontades* (p.4).

Da leitura do documento em tela podemos identificar um discurso que reconhece na educação *“uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia”* (p.5) Concebida aqui como um processo de formação de indivíduos

capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo, a “educação para a autonomia”, aqui preconizada, atravessa todo o texto, nos diferentes programas que o integram.

Contrapondo-se à visão fragmentada da educação que, segundo o documento, teria predominado no país até recentemente⁵, o plano apresenta um discurso em defesa de um sistema nacional de educação, que não poderia ser artificialmente segmentado, de acordo com conveniência administrativa ou fiscal, mas, ao contrário precisaria ser tratado com unidade, da creche à pós-graduação.

Essa visão sistêmica da educação aparece como corolário da autonomia do indivíduo, na medida em que, de acordo com o texto só ela garantiria a todos e a cada um o direito a novos passos e itinerários formativos (p.10). Questões como financiamento, regime de colaboração, cadeia de responsabilização, sistema nacional de avaliação, entrelaçadas com questões como direito do educando, constituição de subjetividades, desenvolvimento de competências e desenvolvimento da criatividade, atravessam o texto, nos mostrando de que forma o governo, com os hibridismos que acompanham os movimentos da história, busca dar organicidade e sentido às suas definições legais, que elege a autonomia como expressão de seu discurso “democratizante”. Antigas questões, novos problemas? Novas questões, antigos problemas? Como situar o conceito de autonomia nas políticas educacionais?

A tentativa de construir um referencial interpretativo, que possibilitasse matizar os sentidos que esse conceito assumiu em diferentes momentos da história educacional brasileira, encontra-se presente em trabalhos como os de José Mário Pires Azanha (1993) e de Thereza Adrião (2006). Ambos procuram analisar o sentido de “autonomia da escola” no período correspondente ao lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e o confrontam nas políticas educacionais de períodos mais recentes de nossa história.

Azanha identifica que no Manifesto dos Pioneiros a palavra autonomia aparece apenas duas ou três vezes e está relacionada a uma preocupação em se constituir um fundo especial, além das verbas de orçamento, destinado exclusivamente a atender empreendimentos educacionais que, assim, ficariam a salvo das injunções estranhas à questão educacional (p.38). Para Adrião, apesar de o conceito não se apresentar explicitamente no pensamento educacional daquele período, a autonomia das escolas estaria associada a uma visão descentralizadora do Estado e à flexibilização curricular, para atendimento das especificidades

regionais (p.49). Esses trabalhos fornecem algumas lentes para o estudo aqui proposto, ainda que se restrinjam a uma única perspectiva: a da autonomia escolar.

II) Lançando um olhar histórico: o plano de organização de um sistema democrático de educação para o Brasil de Anísio Teixeira⁶

Anísio Teixeira, em sua trajetória, ao longo de quarenta anos de vida pública, construiu um discurso em defesa de uma educação democrática. Um discurso situado num campo de embates políticos em permanente negociação de sentidos e que denota a sua explícita intenção de intervenção nesses contextos.

Da análise dos princípios filosóficos que configuraram a educação escolar tradicional, especializada e alheia à vida cotidiana, fortemente marcada pelo dualismo grego – conhecimento empírico ou prático x conhecimento racional - Anísio sustenta a sua defesa por uma nova escola, moderna, prática e eficiente, a ser progressivamente construída, a partir dos fundamentos da ciência experimental, ancorados na unificação desses dois campos de conhecimento. A partir dos ideais da Revolução Francesa, ancora seu pensamento no universalismo, ao defender uma escola para a formação do cidadão comum da democracia. Como intelectual preocupado com a construção de uma esfera pública que contemplasse o indivíduo moderno, um cidadão que não seria um “súdito”, Anísio criticava a sociedade que formava os homens nas próprias matrizes estáveis das classes, instituições que incorporavam a família e a religião, como suas forças modeladoras e adaptadoras. Esses homens não estariam preparados para compreender o progresso e dirigir a moderna sociedade industrial e seu sistema científico e impessoal de trabalho. Nem estariam preparados, nesses novos termos, para buscar a sua unidade e integração social.

Rocha (1996), ao analisar o pensamento educacional de Anísio Teixeira, aponta duas dimensões que o caracterizam: o entendimento substantivo de democracia, que o leva a atentar para a exigência de incorporação de todos os indivíduos em condições de igualdade e não de forma seletiva e a sua análise social que se pauta por valores de liberdade individual e política, que resgatam a noção de individualidade sem separar o homem do cidadão, além de acentuar a dimensão da sociedade ao invés da do Estado. Destaca, ainda, a crítica de Anísio à concepção liberal fundada na “soberania do indivíduo” e numa noção de liberdade como ausência de restrições (1996, p.194). Sem dúvida, salienta o autor, uma forte influência da filosofia social e política de John Dewey em seu

pensamento, como já foi apontado por diversos autores.

A forma democrática de vida defendida por Anísio exprime a convicção de que, a despeito da desigualdade dos indivíduos, existiria em todos eles, um mínimo de inteligência que os capacitaria à participação na experiência social, contribuindo para a sociedade. Com Rocha, entendo que para me aproximar do conceito de autonomia, seria importante compreender de que forma Anísio relaciona educação e democracia, indivíduo e sociedade, em seu plano educacional.

Da leitura de sua obra, identifico que, ao apontar a intrínseca relação entre Estado democrático e educação, Anísio assinala: “*Com o desenvolvimento tecnológico da sociedade, a mesma se faz tão complexa, artificial e dinâmica, que todo o laissez-faire se torna impossível e um mínimo de planejamento social, ajudado por um sistema de educação intencional, ou seja, escolar, de todo indispensável*” (1996, p.42). Anísio identifica duas alternativas possíveis para esse planejamento.

Uma delas seria o planejamento total à força, característico dos regimes totalitários, onde a educação visaria preparar um indivíduo capaz de servir ao totalitarismo. A outra seria um planejamento gradual e consentido, que ele caracteriza como o de um regime democrático, onde a educação teria que formar um indivíduo para servir à democracia.

Contraopondo-se ao espírito monolítico e uniformizante do Estado não democrático, Anísio constrói toda sua argumentação em defesa de uma sociedade democrática e científica, que, assim, exigiria essa segunda forma de planejamento. Conjugando teoria e experiência, elabora o seu plano democrático de educação para o Brasil, a partir de uma análise apurada da história da sociedade brasileira e de argumentos conceitualmente fundamentados na filosofia da educação e em um programa de ação nos moldes do liberalismo de John Dewey. Apontando para uma renovação cultural, a partir da valorização da ciência, do industrialismo e da democracia, apresenta uma concepção mais ampla de educação e, em cada etapa da elaboração do plano, os fundamentos democráticos que o conformam.

Segundo Anísio, uma política de força impediria o funcionamento da democracia, já que entende que uma forma democrática de vida se fundamenta na confiança na razão humana, devidamente cultivada; na participação de todos na formação da sociedade, com o desenvolvimento de suas possibilidades e no enriquecimento do pensamento individual de cada ser humano. Defende que, com as condições necessárias de liberdade (entendida como liberdade de inteligência e não como ausência de restrições à ação), o

homem aprenderia a controlar seu comportamento no interesse da convivência humana. Condições sociais e escolares, enquanto medidas concretas, planejadas e executadas com essa finalidade. Na escola, por meio de um programa de atividades que levasse a um pensamento reflexivo, o aluno aprenderia a “viver inteligentemente e a participar responsabilmente da sua sociedade” (1971, p.13) Podemos perceber que, em Anísio, liberdade e responsabilidade andaram juntas na educação escolar. Na escola por ele preconizada, o aluno, passo a passo, conquistaria o caminho para o que ele considerava a sua emancipação.

Desse modo, compreendo que para Anísio, a liberdade não seria ausência de restrições, mas autodireção, disciplina compreendida e consentida, responsabilidade voluntária e a igualdade não seria o fácil nivelamento, mas oportunidade igual de conquistar o poder, o saber e o mérito, pela via da educação. Sua aquisição envolveria, assim, processos organizados, planejados e voluntários.

A reconstrução da sociedade brasileira, preconizada por Anísio, coloca a educação escolar como um problema público (não se trata de vantagem – “a educação não é privilégio”); como um direito de cada indivíduo e dever da sociedade politicamente organizada. Essa educação teria que ser capaz de inculcar atitudes como o espírito de objetividade, de tolerância, de confiança e de amor ao homem e o da aceitação e utilização do novo, que a ciência a cada momento lhe traz. Para uma sociedade democrática, a educação produziria o homem racional, independente e democrático, que estaria preparado para viver a sua vida entre grandes forças impessoais e distantes, sem perder, no entanto, as qualidades pessoais e o senso de pertencer à sua sociedade. Educação democrática para todos, indivíduos livres e responsáveis, sociedade politicamente organizada. A autonomia no plano de educação de Anísio começa a se delinear.

III) Refletindo sobre o conceito de autonomia em Anísio.

Da leitura dos textos de Anísio, é possível identificar que a tese central que orientará a construção de seu plano é a de que a implantação desse regime de inteligência e liberdade não seria algo que se pudesse promover por atos de vontade, nem pela simples não interferência governamental, mas seria o resultado de um sistema de educação estendido a todos e de extrema eficácia; de um sistema de pesquisas científicas, livre e de um sistema de informação pelo livro, jornal, rádio e televisão, de imparcialidade garantida. Anísio, pelos diferentes acessos, que sua trajetória profissional lhe permitiu percorrer, procurou reunir estudos e evidências, visando formular a sua teoria

democrática da educação, que, segundo ele, deveria ser incorporada à organização legal e institucional da educação, por intermédio dos sistemas estaduais de educação estabelecidos pela Constituição Federal de 1946.

Privilegiando as dinâmicas sociais locais na busca de uma integração mais ampla da sociedade, no plano apresentado por Anísio, não haveria espaço para um Estado tecno-burocrático e centralizador. Tal projeto exigiria a ampliação de suas funções e responsabilidades, visando oferecer aos indivíduos as condições necessárias para a sua participação numa sociedade democrática. A descentralização da educação se caracterizaria para ele, como uma atitude tática de confiança na natureza humana. Seria a condição para uma interação educativa válida científica e eticamente.

A descentralização educacional que assim propugnamos não representa apenas medida técnica que está, dia a dia, mais a se impor, mas também um ato político de confiança na nação e de efetivação do princípio democrático de divisão do poder, a impedir os estrangulamentos da centralização e dificultar a concentração de força que nos poderia levar a regimes totalitários(1971, p.39).

Ao examinar as dimensões que remetem à questão da autonomia dos sistemas educacionais frente ao Estado, no discurso empreendido por Anísio Teixeira na proposta de regulamentação do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Estado da Bahia, como um órgão de representação da sociedade, de caráter deliberativo e não apenas consultivo⁷, Rocha (1996) discute a tradução de seu pensamento em ação. O anteprojeto de lei orgânica, da lavra de Anísio Teixeira, então Secretário de Educação e Cultura da Bahia, segundo o autor, tirará partido das definições constitucionais, federal e estadual baiana, para demarcar a sua proposta de autonomia educacional. (p.196) Ação estratégica que deixando as marcas de seu pensamento, conservou o seu ideário de gestão da educação pela sociedade e buscou a continuidade das políticas de educação para além das situações governamentais. Ideário construído não somente por sua reflexão filosófica e social, mas também por suas vivências político-educacionais.

Confiar taticamente na nação, na sua capacidade de pensar e agir de forma descentralizada, o desenho de uma escola, que não poderia ser imposta e moldada pelo centro, mas produto das condições locais e regionais, planejada, feita e realizada sob medida para a cultura da região, diversificada, porém una, nos objetivos e aspirações comuns. A partir dessas premissas, Anísio elabora sua crítica às políticas centralizadoras.

Criticando a verticalização das políticas, Anísio fala em *dever democrático do governo de oferecer ao brasileiro uma escola primária capaz de lhe dar a formação fundamental indispensável ao seu trabalho comum, uma escola média capaz de atender à variedade de suas aptidões e das ocupações diversificadas de nível médio, e uma escola superior capaz de ao mesmo tempo lhe dar a mais delicada especialização* (1971, p.33).

Nesse sentido, ao pensar uma política educacional mais ampla, Anísio postula um sistema de administração onde o universal se encontre com o particular, via descentralização, explicitada aqui como autonomia que garantiria à escola inserida ao meio local, vitalidade e dinamismo, balizados na liberdade com responsabilidade. Um sistema que contempla o local como espaço de autonomia. Poderíamos, então, falar em autonomia da escola?

A reconstrução educacional da nação terá de fazer-se com essa liberdade e esse respeito pelas suas condições, como afirmação suprema da nossa confiança no Brasil, a cujo povo, hoje unificado e enérgico, devemos entregar, com o máximo de autonomia local, a obra de sua própria formação. (1971, p.46)

Para ROCHA (p.215), o que Anísio chamou de autonomia escolar não seria outra coisa senão a autonomia do setor de política pública de educação. De acordo com o autor, a despeito de ressaltar o vínculo cultural, educacional e pedagógico da escola, especialmente a primária, com a dimensão local e comunitária, aí situando o impulso vital do processo educativo, em nenhum momento Anísio se refere à autonomia da unidade escolar, como acentuam hoje os proponentes da autonomia. Concordo com Rocha, mas gostaria de acentuar, no entanto que, em seu discurso, Anísio se refere o tempo todo à autonomia educacional, e que essa não pode ser reduzida à interpretação de autonomia da escola, nos moldes aclamados nos dias atuais.

Defendo que, para entender o conceito de autonomia, em Anísio, é necessário compreender, em sua dimensão histórica e teórica, de que forma ele o constrói em seu discurso, ao longo de sua trajetória. Como exposto, anteriormente, Anísio demonstra uma preocupação constante com a organização de um sistema de educação estendido a todos e de extrema eficácia. Arrisco afirmar que o movimento de Anísio pela descentralização da educação estaria relacionado à perspectiva de assegurar o “*espírito de ensaio e experimentação*” que deveria presidir a implantação e a expansão dos serviços de educação e cultura.

E é o próprio Anísio que declara: “*Dentre as instituições a fortalecer em sua luta pela eficácia está, mais que qualquer outra, a da escola*” (1996, p.130). Para Anísio, as fontes de educação não estariam nas leis rígidas, mas na perícia, competência e visão dos

seus servidores. Entendimento que os legisladores deveriam ter, dando aos professores, por exemplo, a autonomia consagrada na constituição⁸, autonomia, nela, zelosamente guardada. Autonomia que deveria “tirar os serviços da educação da engrenagem burocrática da máquina estatal, normalmente emperrada e morosa (p.159).

Assim, a partir dessa perspectiva, entendendo ser possível identificar algumas chaves de leitura para compreender o conceito de autonomia em Anísio, no esteio de seu plano de construção de uma educação para todos. Dentre os seus vários estudos sobre Anísio Teixeira, Nunes (2000) analisou suas realizações, a partir de dois ângulos: o da educação popular, relativa à formação de crianças, adolescentes e adultos e o da formação de intelectuais. Na perspectiva da educação popular, a escola concebida por Anísio seria o espaço real no qual a criança do povo pudesse praticar uma vida melhor, com livros, revistas, recreação, saúde, professores bem preparados, além de um ambiente em que os agentes sociais cultivassem o sentimento de responsabilidade pela escola, enquanto instituição pública.

Do ponto de vista da formação de intelectuais, o projeto de Anísio passaria pela criação de instituições que formulassem intelectualmente a cultura humana, fossem pólos de irradiação da ciência, literatura e filosofia e tivessem a pesquisa como um valor e a vinculasse à docência Nunes destaca a habilidade de estrategista de Anísio, que, segundo ela, colocava os órgãos sob sua condução, como o INEP⁹, não só a produzir pesquisas que dessem suporte ao seu projeto, como também a oferecer, através do resultado dessas pesquisas, subsídios para um planejamento educacional.

Para a execução desse planejamento, convênios eram realizados entre o INEP e as secretarias de educação estaduais, patrocinando equipamentos para as escolas e cursos de aperfeiçoamento docente, visando à formação de um profissional atualizado e competente. Segundo Nunes, não seria por acaso que, ao mesmo tempo em que criava o Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional, capitalizava a luta pela escola primária e pelo controle da formação docente (Nunes, 2000, p.19).

A autora argumenta, assim, que haveria uma intencionalidade em Anísio, ao buscar coordenar diferentes ações, aparentemente desconexas. Para Nunes, a meta seria a maioria do povo brasileiro, não só pela valorização da cultura popular, mas também pela sua transformação em instrumento efetivo da construção de sua autonomia. Com uma educação voltada para o desenvolvimento, a juventude brasileira estaria habilitada à tomada de

consciência desse processo de autonomia nacional (p.21).

Concordo com Nunes, sobre a intencionalidade de Anísio, ao coordenar diferentes ações. Entendo que sua habilidade de estrategista seria movida por sua determinação de comprovar cientificamente sua teoria democrática da educação. Defendo que, além de habilidoso estrategista, Anísio se pensava cientista. Sua hipótese de uma sociedade justa e igualitária dependia, assim, da educação para ser posta à prova. À prova experimental da ciência. Como um bem social, essa educação democrática precisaria ser criteriosa e eficazmente construída, disseminada, e, acima de tudo, protegida de interferências externas que viessem a retardar ou desviar o seu curso.

Defendo que Anísio procurou experimentá-la, por diferentes vias, em diferentes contextos. E um dos ensaios principais se daria no interior da escola pública. Nesse ensaio, seria preciso controlar as variáveis do processo, que poderiam interferir nos resultados. Seria preciso assegurar, assim, a eficácia da escola. Combinando métodos científicos e valores morais, articulando o local e o universal, o singular e o plural, Anísio, concebeu o seu plano democrático de educação para o Brasil, a partir de um amplo diagnóstico dos problemas que deveriam ser enfrentados.

Segundo ele, o sistema escolar brasileiro representava *“o caso mais profundo de desajustamento entre a nação real, em marcha para a posse de si mesma, e as suas instituições escolares, herdadas de um período de mimetismo e imitação social, sem autonomia e autenticidade”* (p.87) Nunes ressalta uma dimensão do conceito de autonomia em Anísio, por ele próprio explicitada: a autonomia da nação. Mas em que termos essa autonomia se daria? De que forma ela se expressaria no plano educacional de Anísio Teixeira, em seu discurso em defesa de uma educação para a democracia e de uma escola para todos?

Compreendo que ela estaria situada na centralidade conferida por Anísio à educação, na busca gradativa da grande integração da sociedade democrática. De indivíduo a indivíduo, de escola à escola, de comunidade à comunidade, com uma sociedade politicamente organizada, a educação, construindo coletivamente a sua autonomia, poderia fluir livremente, tecendo os fios da democracia que forjariam a nação brasileira. Ao conceber a educação escolar como um problema público, um interesse público, um direito de cada indivíduo e um dever da sociedade politicamente organizada, o sentido de autonomia atravessa todo o discurso de Anísio, como um horizonte a ser perseguido: o de tornar a educação livre das amarras da burocracia estatal, da irresponsabilidade e formalismo dos serviços civis comuns da administração brasileira,

dos abalos políticos, dos atropelos, dos males da rigidez e da uniformidade, bem como, dos males da dispersão e da fragmentação.

No projeto de reconstrução da sociedade brasileira, em marcha para a posse de si mesma, Anísio teria defendido, ora de forma incisiva, ora de forma sutil, a autonomia para a educação, enquanto condição para a realização daquele projeto. E, assim, passo a passo, ele teria buscado materializá-la, em diferentes contextos. Na fundamentação do Capítulo de Educação e Cultura, na Constituição do Estado da Bahia, no ano de 1947, Anísio declara:

Tenho quatorze anos de lutas dentro dos Governos, procurando reivindicar para a educação a autonomia que me parece indispensável ao desenvolvimento de seus serviços (1996, p.118).

No lugar de mantê-la sob a tutela de um poder central, Anísio, no clima de reconstitucionalização do país, fala em responsabilidade solidária entre União, Estados e Municípios e dentro do espírito de organizar politicamente a sociedade e de nela confiar, defende órgãos colegiados de composição leiga – os Conselhos de Educação, exercendo o poder, com autonomia administrativa em suas esferas de competência. Idéias materializadas na Constituição Federal de 1946.

Autônomos e responsáveis, integrados em seus respectivos meios, de composição leiga e não técnica, teríamos, confiando a tais Conselhos a educação, entregue a formação dos brasileiros à própria sociedade brasileira, em sua diversidade local, em sua variedade regional e em sua unidade nacional. (1996, p.84)

Afastando os serviços de educação do magma de problemas gerais da máquina de governo e sob a vigilância próxima e constante da comunidade local, a educação, seria organizada e administrada sob a forma de serviços autônomos e locais, contando com recursos próprios, assegurados constitucionalmente¹⁰. A partir dessa base financeira descentralizada, Anísio buscava obter os elementos que estenderiam a autonomia até os municípios, possibilitando-lhes solucionar o problema da educação. A responsabilidade da educação, assim, se define, se multiplica e se localiza.

Ao buscar compreender o conceito de autonomia em Anísio, a partir da perspectiva aqui apresentada, percebi a importância de associá-lo a outros dois conceitos presentes no discurso de Anísio: o de liberdade e o de responsabilidade, discutidos anteriormente. Dentro do contexto analisado, a autonomia da educação, preconizada por Anísio, representaria uma educação que passaria a ser autodirigida, como ele, assim, esclarece:

ARTIGO

Autonomia não é anarquia. Libertada da intromissão estranha, a educação será responsável perante si mesma. Não se isola, mas integra-se em si mesma, na sua consciência profissional, no magistério que serve e na sociedade que a serve. (1996, p.122)

Autonomia da educação. Autonomia para a nação brasileira.

IV) Considerações Finais

Educação livre da intromissão estranha. Educação responsável perante si mesma. A partir desse breve diálogo com Anísio, podemos refletir se a autonomia, não se constituiria num processo de luta permanente, e não um modo de administrar que a reduziria apenas à operacionalização de procedimentos administrativos, financeiros e pedagógicos, colocando-os para funcionar de forma descentralizada. Esses modos descentralizados, usados, em diferentes momentos históricos como “marcas” da autonomia, esboçam previamente o lugar, o tempo e o conteúdo do que deverá ser gerido autonomamente.

Hoje, no PDE, a autonomia encontra-se relacionada à defesa de um sistema nacional de educação, que não poderia ser artificialmente segmentado, de acordo com conveniência administrativa ou fiscal, mas, ao contrário precisaria ser tratado com unidade, da creche à pós-graduação. Autonomia sob a tutela do Estado?

Dentro desse contexto, como analisar criticamente um discurso que proclama uma “educação para a autonomia”? Como compreender as “finalidades sociais da educação” defendidas hoje e o papel da escola nesse contexto?

A breve análise histórica aqui empreendida nos mostra que o peso das tradições culturais nacionais, os constrangimentos próprios de cada contexto de escolarização, o trabalho de reinterpretação dos atores no campo escolar não podem ser menosprezados. Ball (2000) nos ajuda a refletir sobre essas questões na atualidade, quando aponta que pela acentuada circulação e recontextualização de múltiplos textos e discursos nos contextos de produção das políticas, são instituídas, simultaneamente, a homogeneidade e a heterogeneidade, em constante tensão.

Em um discurso combativo e coerente com tudo aquilo que pensou, difundiu e realizou, Anísio Teixeira construiu o seu plano para uma educação democrática. Ao buscar influenciar na elaboração das políticas educacionais ou, ao buscar participar diretamente, de sua elaboração e execução, de acordo com as condições que os cenários políticos lhe apresentavam, Anísio nos ajuda a refletir, hoje, sobre a perspectiva defendida por Ball, de indissociabilidade entre os contextos que integram

Notas

¹Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro. rita.etfq@gmail.com

²Stephen Ball defende a existência de três contextos políticos primários, indissociáveis, que se situam num ciclo contínuo de políticas, a saber: a) contexto de influência, onde os discursos políticos são construídos e onde acontecem as disputas entre quem influencia a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam neste contexto, diferentes redes de sociabilidade; b) contexto de produção dos textos das definições políticas, o poder central propriamente dito, que mantém uma associação estreita com o primeiro contexto;

c) contexto da prática, onde as definições são reinterpretadas e recriadas.

³Um olhar atento aos processos instituintes que fermentam no chão das escolas. Este é um dos objetivos propostos por Linhares (2001, p.13), almejando acentuar seu caráter disruptor com relação às formas estabelecidas ao fabularem invenções [...], que se alimentam de sonhos de justiça e autonomia, tantas vezes dados como vencidos.

⁴Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. PDE. Ministério da Educação. Acessível em <http://www.mec.gov.br>.

⁵Níveis, etapas e modalidades de ensino estariam sendo tratados como se não fossem elos de uma mesma cadeia, que deveriam se integrar e se reforçar mutuamente (p.7).

⁶O detalhamento desse plano educacional e a sua tradução, em diferentes propostas de políticas educacionais elaboradas e defendidas por Anísio Teixeira, nos anos quarenta, como, por exemplo, a proposta de Lei Orgânica de Educação e Cultura do Estado da Bahia, encontram-se organizadas em seu livro Educação é um direito. TEIXEIRA, Anísio. Educação é um direito. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1996.

⁷A Constituição baiana de 1947 estabelece o Conselho Estadual de Educação e Cultura como um órgão autônomo, administrativa e financeiramente.

⁸Aqui Anísio se refere à Constituição do Estado da Bahia, 1947.

⁹Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

¹⁰A Constituição Federal de 1946 estabeleceu a obrigatoriedade de dotar o Estado de serviços educacionais, com recursos não inferiores a de 20% de sua renda ordinária.

as políticas educacionais, desde o momento onde acontecem as disputas entre quem influencia a definição das finalidades sociais da educação até a interpretação ativa pelos profissionais que atuam no contexto da prática.

Ao buscar inventariar os sentidos atribuídos à autonomia no pensamento educacional de Anísio Teixeira, dialogando, assim, com a nossa herança intelectual, pude compreender que os discursos circulantes nas políticas educacionais não podem ser compreendidos fora das relações materiais que os constituem. Em Anísio, o conceito de a autonomia estava intimamente relacionado à sua teoria liberal, não podendo ser entendido sob um ponto de vista individualista, mas a partir do modo como ele associava indivíduo e sociedade, educação e democracia.

Enfrentar a desigualdade de oportunidades educacionais, desafio que Anísio assumiu, nos termos das particularidades históricas de sua época. Desafio que a realidade atual ainda nos impõe, em novos contextos.

Afirmar a contemporaneidade de Anísio é partilhar com ele, como nos mostra Nunes, a defesa irrestrita com o comprometimento da sociedade e dos poderes públicos com a educação, para além, de “palavras de ordem”.

Antigas questões, novos problemas? Novas questões, antigos problemas? As políticas educacionais são processos complexos e contraditórios. Caminhos sinuosos, marcados, na maioria das vezes, por descontinuidades, atropelos e esquecimentos. Como educadores, precisamos compreender quais são os “*reais móveis da ação*”. Precisamos identificar os movimentos instituintes, que como destaca Linhares, “não emergem em redomas de vidro; não crescem isoladas de tecidos históricos, de ações coletivas e individuais, mas alimentam-se de trânsitos incessantes de religação entre passado e futuro, entre diferentes esferas da atuação humana, entre afetos e produções de linguagens, saberes e conhecimentos materializados nos intercâmbios produzidos pela vida” (Linhares, 2001).

Anísio nos convida, assim, a sacudir o conforto dos lugares instituídos e a assumir a nossa responsabilidade social, diante dos problemas contemporâneos da educação. E é com esse espírito que, a partir desse olhar histórico sobre o processo de constituição de políticas educacionais, problematizando o conceito de “autonomia”, que retorno a minha pesquisa, percebendo a indissociabilidade entre a sua dimensão intelectual e política ■

Referências

- ADRIÃO**, Theresa. Autonomia para a escola brasileira: refletindo sobre o pensamento reformador em educação. *Dialogia*, São Paulo, v.5, 2006.
- AZANHA**, José Mário P. Autonomia da escola, um reexame. *Cadernos de História e Filosofia da Educação*, FEUSP, v.1, n.1, 1993
- BALL**, Stephen. J. Education reform – a critical and post-structural approach. Buckingham Open University, 1994.
- _____. Education policy and social class. The select works of Stephen J. Ball. London: Routledge, 2006.
- BRASIL, MEC**. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. PDE. Ministério da Educação. <http://www.mec.gov.br>.
- DEWEY**, J. Democracia e educação. São Paulo: Nacional, 1956.
- LINHARES**, Célia Experiências instituintes na educação pública? Alguns porquês dessa busca. *Revista de Educação Pública Cuiabá* v. 16 n. 31, 2007
- _____. Experiências instituintes em escolas públicas. Memórias e projetos para a formação de professores. Projeto de pesquisa ,CNPQ, 2001.
- LOPES**, Alice. Discursos nas políticas de currículo. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.2, p.33-52, jul/dez 2006.
- NUNES**, Clarisse. Anísio Teixeira: a poesia da ação. Rio de Janeiro, 1991.
- Tese de doutorado, PUC.
- _____. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. *Educação e Sociedade*, ano XXI, n.73, Dez/2000.
- ROCHA**, Marlos B. Mendes. Anísio Teixeira ou um projeto mais feliz de moderno. In: TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um direito*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, Posfácio.
- TEIXEIRA**, Anísio. *Educação é um direito*. 2ª Ed. RJ: Editora UFRJ, 1996.
- _____. *Educação não é privilégio*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.
- _____. *Pequena Introdução à Filosofia da Educação: A escola progressiva ou a transformação da escola*. 5ª Ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1968.